

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um a das agendas mais importantes no Congresso Nacional é a reforma administrativa. Construir um marco de mudanças do Estado brasileiro é uma prioridade dos Parlamentares e uma exigência da sociedade — e parece contar com o apoio do Governo Federal. Fazer com que o Estado brasileiro funcione melhor, ofereça serviços públicos de qualidade, tenha capacidade de investimentos estruturantes, promova equilíbrios com a esfera privada, e não distorções, e construa parcerias profícuas com o empresariado é fundamental para atingirmos outro patamar de desenvolvimento.

O Governo Federal tenta construir sua proposta harmonizando as diversas contribuições dentro do seu Ministério. O Parlamento, o Poder mais democrático da nossa República, é certamente a Casa apropriada para debater a proposta, melhorá-la e contemplar os plurais segmentos da sociedade. Nesse contexto, faz-se fundamental já se posicionar contrariamente a qualquer iniciativa que vise modificar a vida profissional dos atuais funcionários públicos, e, sim, estabelecer regras claras e inovadoras, com racionalidade, inspiradas também no que acontece no meio privado, para os futuros servidores públicos.

A iniciativa privada nos ensina a importância da produtividade e do rendimento para ascensão na carreira. O difícil concurso pelo qual estudiosos homens e mulheres ingressam no serviço público nivela esses capacitados profissionais. O instante posterior ao certame possibilita a ascensão na carreira por uma verdadeira e justa meritocracia em igualdade de condições. Garantidas as estruturas necessárias para um bom rendimento, o Estado tem o dever de cobrar resultados, eficiência e entrega. É o que espera o cidadão brasileiro.

Reformar o Estado brasileiro não significa acabar com ele. Não se mudam as regras no meio do jogo e não se pode demonizar o nosso valente funcionalismo público como se fosse parasita. Os médicos, enfermeiros, professores, policiais, bombeiros, técnicos administrativos, analistas,

advogados, técnicos de enfermagem e outros tantos profissionais, na maioria das vezes, enfrentam condições de trabalho muito difíceis para atender os brasileiros que mais precisam.

A burocracia estatal necessita de uma reforma para colocar em patamar de igualdade seu tamanho e sua eficiência. Burocracia não é palavrão, como pregam alguns, mas excesso de burocracia, sim. A burocracia organiza os processos, sistematiza as ações e dá segurança jurídica e previsibilidade. O excesso de burocracia é a porta de entrada da corrupção, mas a sua inexistência também.

Aproximar e fazer parcerias com a iniciativa privada é um dos alicerces de uma discussão sobre reforma administrativa, mas não é o único. Fazer parcerias em áreas em que o conhecimento e a experiência empresarial comprovadamente darão um ganho de qualidade no setor público é o melhor caminho. Mas naquilo que o Estado brasileiro faz, que é apenas vítima de preconceito ideológico, é melhor implementarmos outras reformas. A única metodologia que pode sanar os pontos enumerados aqui é o diálogo plural e democrático. E o Parlamento brasileiro, assim como fez na reforma da Previdência, está amplamente preparado para esse desafio.

Era o que eu tinha a dizer.